

PORTO SAÚDE - SERVIÇOS DE SAÚDE S.A.

CNPJ nº 46.728.718/0001-08 - NIRE 35.300.598.300

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 30 de Setembro de 2025

1. Data, Horário e Local: em 30 de setembro de 2025, às 11h30, na sede social da Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A. ("Companhia"), localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rio Branco, nº 1.475, Sala 03, Campos Eliseos, CEP 01205-001. **2. Mesa:** Presidente: Celso Damadi; Secretária: Elaine Cristina Barreiro. **3. Convocação e Presença:** dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da acionista titular da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações. A acionista também dispensou a publicação de quaisquer documentos previamente à realização desta assembleia, incluindo o Protocolo e o Laudo de Avaliação, conforme definidos abaixo. **4. Ordem do Dia:** discutir e deliberar sobre: (i) a aprovação do "Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.", datado de 30 de setembro de 2025 ("Protocolo"), constante do Anexo I a esta ata (Anexo I - Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.), e da proposta de incorporação, pela Companhia, da parcela patrimonial cindida da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A., sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 09.436.686/0001-32, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.353.731, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Guaianases, nº 1.238, 12º andar, Campos Eliseos, CEP 01204-001 ("Porto Serviços"), nos termos dos artigos 223 a 227 e 229, da Lei das Sociedades por Ações, e conforme descrito no Protocolo; (ii) a ratificação da nomeação da Consulcamp Auditoria e Assessoria Ltda., empresa de avaliação patrimonial, com escritório estabelecido no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, nº 2491, 19º andar, cj. 192, Bela Vista, CEP: 01.227-200, inscrita no CNPJ sob o nº 48.622.567/0003-98, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº SP-033516/O-3 ("Empresa de Avaliação"), para avaliar o valor contábil do acervo patrimonial da Porto Serviços, a ser cindido e incorporado pela Companhia, nos termos do Protocolo, e elaborar o correspondente laudo de avaliação, nos termos do artigo 227, §1º, e 229 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) a aprovação do laudo de avaliação, elaborado pela Empresa de Avaliação para fins da incorporação, pela Companhia, do acervo patrimonial cindido da Porto Serviços, de acordo com o qual, na data base de 30 de setembro de 2025, o valor patrimonial contábil da parcela cindida, a ser absorvida pela Companhia em razão da incorporação, corresponde ao valor de R\$ 44.796.184,27 (quarenta e quatro milhões, setecentos e noventa e seis mil, cento e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos) constante do Anexo II a esta ata (Anexo II - Laudo de Avaliação da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.) ("Laudo de Avaliação"), nos termos do artigo 227, §§2º e 3º, da Lei das Sociedades por Ações; (iv) o aumento do capital social da Companhia, em decorrência da incorporação da parcela patrimonial cindida da Porto Serviços, e alteração do caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia; (v) a consolidação do estatuto social da Companhia; e (vi) a outorga de autorização aos administradores da Companhia para que pratiquem todos e quaisquer atos necessários para a efetivação da cisão parcial da Porto Serviços e da incorporação, pela Companhia, da parcela patrimonial cindida, nos termos do Protocolo. **5. Deliberações:** a acionista aprovou: **5.1** O Protocolo e a proposta de incorporação da parcela patrimonial cindida da Porto Serviços pela Companhia, nos termos dos artigos 223 a 227 e 229, da Lei das Sociedades por Ações, conforme descrito no Protocolo, declarando sua plena concordância com os valores e critérios constantes do Protocolo. **5.2** A ratificação da nomeação da Empresa de Avaliação para (i) avaliar o valor total do acervo cindido da Porto Serviços, a ser incorporado pela Companhia, nos termos do Protocolo, e (ii) elaborar o correspondente Laudo de Avaliação, nos termos do artigo 227, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. **5.3** O Laudo de Avaliação, elaborado pela Empresa de Avaliação para fins da incorporação do acervo cindido da Porto Serviços pela Companhia, de acordo com o qual, na data base de 30 de setembro de 2025, o valor patrimonial contábil da parcela cindida é de R\$ 44.796.184,27 (quarenta e quatro milhões, setecentos e noventa e seis mil, cento e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos). **5.4** O aumento de capital social da Companhia, em decorrência da incorporação, no valor de R\$ 44.796.184,27 (quarenta e quatro milhões, setecentos e noventa e seis mil, cento e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos), mediante a emissão, após arredondamento, de 34.787.135 (trinta e quatro milhões, setecentas e oitenta e sete mil, cento e trinta e cinco) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de forma que o capital social da Companhia passará de R\$ 68.192.941,08 (sessenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, novecentos e quarenta e um reais e oito centavos) para R\$ 112.989.125,35 (cento e doze milhões, novecentos e oitenta e nove mil, cento e vinte e cinco reais e trinta e cinco centavos), passando a ser dividido em 102.980.076 (cento e dois milhões, novecentas e oitenta e mil e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **5.4.1** As novas ações emitidas pela Companhia são atribuídas a **Porto Seguro S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.149.205/0001-69 ("PSSA"), nos termos do boletim de subscrição que compõe o Anexo III a esta ata (Anexo III - Boletim de Subscrição), observada o disposto no Protocolo. As novas ações emitidas pela Companhia são integralizadas mediante a versão do acervo cindido na Companhia, nos termos do art. 227, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. **5.4.2** As novas ações foram emitidas ao preço de emissão de aproximadamente R\$ 1,28772721 por ação, fixado com base no valor patrimonial das ações, nos termos do artigo 170, §1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. **5.4.3** O capital social da Companhia estava totalmente integralizado antes da aprovação da incorporação da parcela cindida da Porto Serviços pela Companhia. **5.4.4** A acionista Porto Saúde Participações S.A. renuncia em favor da Porto Seguro S.A. a eventual direito de preferência que lhe poderia ser aplicável na subscrição das novas ações, nos termos do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações. **5.4.5** Diante da aprovação do aumento de capital social da Companhia, foi aprovada também a alteração do artigo 5º do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "**Artigo 5º** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 112.989.125,35 (cento e doze milhões, novecentos e oitenta e nove mil, cento e vinte e cinco reais e trinta e cinco centavos), dividido em 102.980.076 (cento e dois milhões, novecentas e oitenta e mil e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal." **5.5** A consolidação do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar, a partir desta data, com a redação constante do Anexo IV a esta ata (Anexo IV - Estatuto Social da Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A.). **5.6** Diante das deliberações tomadas nesta assembleia, os administradores da Companhia ficam expressamente autorizados a praticar todos e quaisquer atos necessários para a efetivação da cisão parcial e incorporação, pela Companhia, do acervo patrimonial cindido da Porto Serviços, nos termos do artigo 227, §2º, e 229 da Lei das Sociedades por Ações. **6. Documentos Arquivados na Sede Social:** Protocolo, Laudo de Avaliação e demais documentos de interesse social. **7. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, tendo sido a presente ata lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 30 de setembro de 2025. **Mesa: Celso Damadi** - Presidente; **Elaine Cristina Barreiro** - Secretária. **Acionista: Porto Saúde Participações S.A.** - p. Celso Damadi e p.p. Elaine Cristina Barreiro. **Acionista ingressante: Porto Seguro S.A.** - p. Celso Damadi e p.p. Elaine Cristina Barreiro. **JUCESP** nº 393.801/25-1 em 14/11/2025. **Marina Centurion Dardani** - Secretária Geral. **Anexo I à ata da Assembleia Geral Extraordinária da Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A., realizada em 30 de setembro de 2025 - Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.** - Os diretores da: **Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 09.436.686/0001-32, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.353.731, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Guaianases, nº 1.238, 12º andar, Campos Eliseos, CEP 01204-002 ("Porto Serviços"); e **Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob o nº 46.728.718/0001-08, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.598.300, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rio Branco, nº 1.475, Sala 03, Campos Eliseos, CEP 01205001 ("Porto Saúde Serviços"), e, em conjunto com Porto Serviços, as "Sociedades"), com o objetivo de expor as condições e os motivos da proposta de incorporação, pela Porto Saúde Serviços, de parcela patrimonial cindida da Porto Serviços, subscrevem este "Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A." ("Protocolo"), a ser submetido à deliberação das instâncias societárias competentes das Sociedades, nos termos das normas legais e regulatórias aplicáveis. **1. Operação:** **1.1. Operação.** Este Protocolo diz respeito à justificação e às condições propostas para a cisão parcial da Porto Serviços, com versão de parte do acervo patrimonial cindido para a Porto Saúde Serviços, nos termos dos artigos 223 a 227 e 229, da Lei 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), observados os termos e condições estabelecidos neste Protocolo e nas normas legais e regulatórias aplicáveis ("Cisão Parcial"). **1.2. Reorganização do grupo Porto.** O grupo Porto, do qual as Sociedades fazem parte, está em processo de reorganização interna, em especial para finalizar a estruturação de suas verticais de atividades (seguros, saúde, financeira, serviços e bancário), de forma a possibilitar a melhor e mais eficiente alocação interna de suas atividades, ativo e pessoal. A Cisão Parcial está inserida e faz parte da reorganização societária do grupo Porto. **2. Premissas e Justificação da Operação:** **2.1. Porto Serviços.** A Porto Serviços é uma sociedade anônima que desenvolve atividades e participa de sociedades atuantes em diversos mercados. **2.2. Capital social da Porto Serviços.** O capital social da Porto Serviços, totalmente subscrito e integralizado, nesta data, é de R\$ 493.939.303,03 (quatrocentos e noventa e três milhões, novecentos e trinta e nove mil e trezentos e três reais e três centavos), dividido em 34.649.859.660 (trinta e quatro bilhões, seiscentos e quarenta e nove milhões, oitocentas e cinquenta e nove mil, seiscentas e sessenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas da seguinte forma: (i) 34.649.858.660 (trinta e quatro bilhões, seiscentos e quarenta e nove milhões, oitocentas e cinquenta e oito mil, seiscentas e sessenta) ações são detidas pela **Porto Seguro S.A.**, sociedade com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 11º andar, Campos Eliseos, São Paulo/SP, CEP 01216-012, inscrita no CNPJ sob o nº 02.149.205/0001-69 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.151.666 ("PSSA"); e (ii) 1.000 (mil) ações são detidas pela **Porto Seguros S.A.**, sociedade com sede na Avenida Rio Branco, nº 1475, Campos Eliseos, São Paulo/SP, CEP 01205-001, inscrita no CNPJ sob o nº 46.431.759/0001-20 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.3.0059538-6 ("Porto Seguros"). **2.3. Porto Saúde Serviços.** A Porto Saúde Serviços é uma sociedade anônima que detém participações em sociedade atuantes no setor de saúde. **2.4. Capital social da Porto Saúde Serviços.** O capital social da Porto Saúde Serviços, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 68.192.941,08 (sessenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, novecentos e quarenta e um reais e oito centavos), dividido em 68.192.941 (sessenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, novecentos e quarenta e uma ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas detidas pela **Porto Saúde Participações S.A.**, sociedade com sede na Avenida Rio Branco, nº 1.475, 8º andar (Edifício Guaianases), Sala 01, Campos Eliseos, São Paulo/SP, CEP 01205-001, inscrita no CNPJ sob o nº 46.573.272/0001-81 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.596.943 ("Porto Saúde Participações"). **2.5. Objetivos da Cisão Parcial.** A Cisão Parcial tem por objetivo viabilizar a melhor alocação de determinados ativos relacionados ao mercado de saúde, que hoje são detidos pela Porto Serviços e que serão transferidos para a Porto Saúde Serviços após a conclusão da Cisão Parcial, com potenciais eficiências e benefícios para as Sociedades, seus acionistas e todo o grupo Porto. **2.6. Recomendação de aprovação.** Tendo em vista os objetivos referidos na Cláusula 2.5, os diretores das Sociedades recomendam a aprovação integral da proposta de incorporação, nos termos deste Protocolo. **3. Patrimônio Cindido da Porto Serviços:** **3.1. Acervo Cindido.** A Cisão Parcial consiste na cisão da parcela patrimonial da Porto Serviços representada pelos elementos de ativo e direitos descritos no Anexo 3.1 a este Protocolo (Anexo 3.1 - Acervo Cindido da Porto Serviços e Vertido para a Porto Saúde Serviços), avaliados nos termos da Cláusula 3, que será vertida para a Porto Saúde Serviços, no mesmo ato ("Acervo Cindido"). **3.1.1. Ativos e passivos não transferidos.** Não integram o Acervo Cindido quaisquer outros ativos, passivos, direitos e/ou obrigações da Porto Serviços, de qualquer natureza, além daqueles descritos no Anexo 3.1. **4. Avaliação do Acervo Cindido da Porto Serviços:** **4.1. Avaliadora.** Para fins de avaliação do Acervo Cindido, foi nomeada a empresa Consulcamp Auditoria e Assessoria Ltda., empresa de avaliação patrimonial, com escritório estabelecido no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Angélica, nº 2491, 19º andar, cj. 192, Bela Vista, CEP: 01.227-200, inscrita no CNPJ sob o nº 48.622.567/0003-98, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº SP-033516/O-3 ("Avaliadora"), ad referendum das instâncias societárias competentes das Sociedades, nos termos dos artigos 229, §3º, e 227, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. **4.2. Laudo de Avaliação.** O resultado dos trabalhos da Avaliadora foi refletido no laudo de avaliação do Acervo Cindido, constante do Anexo 4.2 a este Protocolo (Anexo 4.2 - Laudo de Avaliação da Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.) ("Laudo de Avaliação"), em conformidade com os parâmetros previstos na Lei das Sociedades por Ações. **4.3. Critério de avaliação do Acervo Cindido.** O Acervo Cindido foi avaliado pelo critério contábil, com base no balanço patrimonial da Porto Serviços levantado em 30 de setembro de 2025 ("Data Base") ("Balanço Patrimonial"). **4.4. Valor do Acervo Cindido.** Com base no Balanço Patrimonial e no Laudo de Avaliação, o valor patrimonial do Acervo Cindido, para fins da Cisão Parcial, é de R\$ 44.796.184,27 (quarenta e quatro milhões, setecentos e noventa e seis mil, cento e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos). **4.5. Eventuais variações patrimoniais.** Se a Cisão Parcial for aprovada nas instâncias societárias competentes das Sociedades, as eventuais variações patrimoniais ocorridas entre a Data Base e a data de efetivação da Cisão Parcial serão escrituradas diretamente na Sociedade a que competirem, considerando-se a ocorrência da Cisão Parcial, devendo ser efetuados os lançamentos pertinentes nos livros contábeis e fiscais das Sociedades. Para todos os fins, a data de efetivação da Cisão Parcial significa a data em que a operação for aprovada nas instâncias societárias competentes das Sociedades, mediante assinatura dos atos societários correspondentes. **5. Efeitos da Cisão Parcial nas Sociedades:** **5.1. Cisão desproporcional.** A Cisão Parcial será realizada de forma desproporcional entre as acionistas da Porto Serviços, mediante o cancelamento apenas de ações emitidas pela Porto Serviços que sejam de titularidade da PSSA e a atribuição de ações representativas do capital social da Porto Saúde Serviços apenas à PSSA. **5.2. Efeitos da Cisão Parcial na Porto Serviços.** A Cisão Parcial implicará a redução do capital social da Porto Serviços, de R\$ 493.939.303,03 (quatrocentos e noventa e três milhões, novecentos e trinta e nove mil, trezentos e três reais e três centavos) para R\$ 449.143.118,76 (quatrocentos e quarenta e nove milhões, cento e quarenta e três mil, cento e dezotois reais e setenta e seis centavos), sendo a redução de capital, no valor de R\$ 44.796.184,27 (quarenta e quatro milhões, setecentos e noventa e seis mil, cento e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos), montante equivalente ao Acervo Cindido, operada com o cancelamento, após arredondamento, de 3.004.796.104 (três bilhões, quatro milhões, setecentas e noventa e seis mil, cento e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas pela Porto Serviços de titularidade da PSSA. **5.2.1. Cálculo do número de ações canceladas.** O cálculo do número de ações de emissão da Porto Serviços a serem canceladas teve como base o valor patrimonial contábil das ações de emissão da Porto Serviços na data base de 30 de setembro de 2025, imediatamente antes da redução de capital. **5.2.2. Alteração do caput do artigo 5º do estatuto social da Porto Serviços.** O caput do artigo 5º do estatuto social da Porto Serviços deverá ser alterado, para refletir a redução do capital social da Porto Serviços, nos termos da Cláusula 3.1. **5.2.3. Capital social da Porto Serviços.** Caso a Cisão Parcial seja aprovada, o capital social da Porto Serviços passará a ser de R\$ 449.143.118,76 (quatrocentos e quarenta e nove milhões, cento e quarenta e três mil, cento e dezotois reais e setenta e seis centavos), dividido em 31.645.063.556 (trinta e um milhões, seiscentos e quarenta e cinco milhões, sessenta e três mil, quinhentas e cinquenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas da seguinte forma, considerando o disposto na Cláusula 5.1: (i) 31.645.062.556 (trinta e um milhões, seiscentos e quarenta e cinco milhões, sessenta e duas mil e quinhentas e cinquenta e seis) ações detidas pela PSSA; e (ii) 1.000 (mil) ações detidas pela Porto Seguros. **5.3. Efeitos da Cisão Parcial na Porto Saúde Serviços.** A Cisão Parcial implicará o aumento de capital social da Porto Saúde Serviços, de R\$ 68.192.941,08 (sessenta e oito milhões, cento e noventa e dois mil, novecentos e quarenta e um reais e oito centavos) para R\$ 112.989.125,35 (cento e doze milhões, novecentos e oitenta e nove mil, cento e vinte e cinco reais e trinta e cinco centavos), sendo o aumento de capital, no valor de R\$ 44.796.184,27 (quarenta e quatro milhões, setecentos e noventa e seis mil, cento e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos), correspondente ao valor do Acervo Cindido, representado pela emissão, após arredondamento, de 34.787.135 (trinta e quatro milhões, setecentas e oitenta e sete mil, cento e trinta e cinco) novas ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, representativas do capital social da Porto Saúde Serviços, subscritas integralmente pela PSSA e integralizadas mediante a incorporação do Acervo Cindido. **5.3.1. Cálculo do número de ações emitidas.** As novas ações foram emitidas com base no valor patrimonial das ações na data base de 30 de setembro de 2025,

imediatamente antes do aumento de capital, nos termos do artigo 170, §1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. **5.3.2. Alteração do caput da cláusula 5º do estatuto social da Porto Saúde Serviços.** O caput da cláusula 5º do estatuto social da Porto Saúde Serviços deverá ser alterado, para refletir o aumento do capital social da Porto Saúde Serviços, nos termos da Cláusula 5.3. **5.3.3. Capital social da Porto Saúde Serviços.** Caso a Cisão Parcial seja aprovada, o capital social da Porto Saúde Serviços passará a ser de R\$ 112.989.125,35 (cento e doze milhões, novecentos e oitenta e nove mil, cento e vinte e cinco reais e trinta e cinco centavos), dividido em 102.980.076 (cento e dois milhões, novecentas e oitenta e mil e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, distribuídas entre os acionistas da seguinte forma, considerando o disposto na Cláusula 5.1: (i) 68.192.941 (sessenta e oito milhões, cento e noventa e duas mil, novecentas e quarenta e uma) ações detidas pela Porto Saúde Participações; e (ii) 34.787.135 (trinta e quatro milhões, setecentas e oitenta e sete mil, cento e trinta e cinco) ações detidas pela PSSA. **6. Efetivação da Cisão Parcial e Incorporação do Acervo Cindido:** **6.1. Efetivação da Cisão Parcial.** Deverão ser submetidas à deliberação, pelas instâncias societárias competentes das Sociedades: (i) a efetivação da Cisão Parcial, com incorporação do Acervo Cindido pela Porto Saúde Serviços nos termos deste Protocolo; (ii) a ratificação da nomeação da Avaliadora; e (iii) a aprovação do Laudo de Avaliação. **6.2. Atuação dos administradores das Sociedades.** Uma vez aprovada a Cisão Parcial, nos termos deste Protocolo, a Porto Serviços será cindida e o Acervo Cindido será vertido à Porto Saúde Serviços, competindo aos administradores das Sociedades promoverem todos os atos necessários à implementação da operação, incluindo o arquivamento e publicação dos atos societários relativos à Cisão Parcial, observado o disposto nos artigos 229, §4º, e 233, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações. Este instrumento é assinado eletronicamente. São Paulo/SP, 30 de setembro de 2025. **Porto Seguro Serviços e Comercio S.A.** - p. Celso Damadi e Marcelo Sebastião da Silva; **Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A.** - p. Celso Damadi e pp. Elaine Cristina Barreiro. **Anexo IV à ata da Assembleia Geral Extraordinária da Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A., realizada em 30 de setembro de 2025.** "**Estatuto Social da Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração:** **Artigo 1º.** A Porto Saúde - Serviços de Saúde S.A. é uma companhia regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Companhia"). **Artigo 2º.** A Companhia tem sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rio Branco, nº 1.475, Sala 03, Campos Eliseos, CEP 01205-001. **Parágrafo Único:** Por decisão da diretoria, a Companhia poderá abrir, transferir ou extinguir filiais, sucursais, escritórios, agências ou representações em qualquer ponto do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º.** O tempo de duração da Companhia é indeterminado. **Artigo 4º.** A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades ou entidades e a compra e venda de participações societárias em sociedades e entidades que desenvolvam atividades no mercado de saúde e/ou atividades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, no Brasil e no exterior. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações:** **Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 112.989.125,35 (cento e doze milhões, novecentos e oitenta e nove mil, cento e vinte e cinco reais e trinta e cinco centavos), dividido em 102.980.076 (cento e dois milhões, novecentas e oitenta e mil e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas sem valor nominal. **Artigo 6º.** As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada uma delas dá direito a 1 (um) voto nas deliberações sociais. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Artigo 7º.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da assembleia geral, criar classes de ações ou aumentar o número de ações das classes existentes, ou, ainda, criar ações preferenciais de uma ou mais classes, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais classes ou espécies existentes, observado o limite de 50% (cinquenta por cento) de ações preferenciais sobre o total de ações emitidas. **Artigo 8º.** As ações não serão representadas por saúdes ou títulos múltiplos, presumindo-se sua propriedade pela inscrição do nome do acionista no livro de registro de ações nominativas da Companhia. **Artigo 9º.** Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor patrimonial das ações, determinado com base no último balanço anual aprovado pela assembleia geral de acionistas, observado o disposto no artigo 45, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 10º.** Para os fins do artigo 44, §6º, da Lei das Sociedades por Ações, o resgate das ações de emissão da Companhia, independentemente de sua espécie e/ou classe, poderá ser aprovado em assembleia geral por votos de acionistas que representem mais da metade do capital social. **Capítulo III - Assembleias Gerais:** **Artigo 11º.** A assembleia geral reunir-se-á: (i) ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo 1º.** As convocações deverão ser realizadas com, pelo menos, 8 (oito) dias de antecedência da data da assembleia, por qualquer dos membros da diretoria, por qualquer dos acionistas ou membros do conselho fiscal, se instalado. **Parágrafo 2º.** Nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, as formalidades para convocação poderão ser dispensadas quando todos os acionistas estiverem presentes ou reconhecerem por escrito que estão cientes a respeito do lugar, hora, data e ordem do dia da assembleia geral. **Parágrafo 3º.** A assembleia geral instalar-se-á, em qualquer convocação, com a presença de acionistas que representem o quórum legal e/ou estatutário necessário à aprovação das matérias constantes da correspondente ordem do dia. **Parágrafo 4º.** Só poderão exercer o direito de voto na assembleia geral, diretamente, por meio de procuradores ou à distância, os acionistas titulares de ações ordinárias que estejam registradas em seu nome, no livro próprio, na data de realização da assembleia. **Artigo 12º.** As assembleias gerais da Companhia serão presididas por qualquer um dos presentes, indicado por acionistas que representem a maioria das ações com direito de voto. O presidente da assembleia geral indicará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **Artigo 13º.** As deliberações da assembleia geral, ressalvados quóruns superiores previstos em lei, neste estatuto social ou em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia, serão tomadas por acionistas titulares da maioria das ações com direito de voto emitidas pela Companhia. **Artigo 14º.** Os acionistas poderão ser representados nas assembleias gerais por procuradores constituídos na forma do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, seja para formação do quórum, seja para votação. **Parágrafo 1º.** Os acionistas poderão exercer o direito de voto e participar da assembleia a distância, por meio de conferência telefônica, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação do participante, desde que sejam utilizados meios que permitam assegurar a identidade do acionista, ou de seu representante, bem como que permitam assegurar a autenticidade das respectivas manifestações e teor dos votos. O envio de voto por escrito, assinado pelo acionista, com firma reconhecida, até o horário de início da assembleia geral será considerado como meio apropriado para o registro da presença do referido acionista na assembleia e do sentido de seu voto, sem prejuízo de outros meios. Uma vez recebido o voto a distância, bem como computado e registrado o teor do referido voto, o presidente e/ou o secretário da assembleia geral ficarão investidos de plenos poderes para assinar a ata da assembleia, a lista de presença e o livro de registro de presença de acionistas em nome do acionista participante da assembleia geral nos termos deste Parágrafo. **Parágrafo 2º.** Os acionistas que participarem e votarem a distância deverão ser considerados presentes à assembleia, para todos os fins, servindo a assinatura do presidente e/ou secretário do conclave, na ata, como comprovação da participação e do recebimento do voto. **Capítulo IV - Administração:** **Artigo 15º.** A Companhia será administrada pela diretoria, composta por até 6 (seis) diretores, com as seguintes designações: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos; (iii) Diretor de Produto; (iv) Diretor de Operações; (v) Diretor de Controladoria; (vi) Diretor Executivo Jurídico e Riscos. Os diretores poderão ser acionistas ou não, residentes no país, e serão eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pela assembleia geral, observadas as disposições legais, deste estatuto social e de eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social. **Parágrafo Único.** A assembleia geral fixará de forma global e anual os honorários da diretoria. **Artigo 16º.** O prazo de mandato dos membros da diretoria é de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. Os diretores permanecerão em seus cargos até eleição e posse de seus substitutos, estendendo-se os respectivos mandatos, ainda que expirado o prazo indicado neste Artigo, caso os novos diretores não tenham sido eleitos, nem empossados, por qualquer razão. **Parágrafo 1º.** A investidura dos diretores dar-se-á mediante assinatura de termo de posse nos livros de registro de atas da diretoria, independentemente de caução. **Parágrafo 2º.** Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância no cargo de diretor, será imediatamente convocada assembleia geral para que seja preenchido o cargo, que completará o mandato do diretor substituído. **Parágrafo 3º.** Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 90 (noventa) dias consecutivos. **Artigo 17º.** A diretoria reunir-se-á sempre que convocada por qualquer diretor, com 3 (três) dias de antecedência, mediante convocação pessoal dirigida aos demais diretores, com comprovação do recebimento, devendo constar da convocação a ordem do dia. Independentemente de convocação, serão válidas as reuniões da diretoria que contarem com a presença da totalidade dos membros em exercício. **Parágrafo 1º.** As reuniões da diretoria serão presididas por qualquer dos diretores e secretariadas por pessoa indicada pelo presidente, que poderá ser um dos diretores, ou não. **Parágrafo 2º.** Nas reuniões da diretoria, o diretor ausente poderá ser representado por um de seus pares, para formação de quórum de instalação e/ou de deliberação. Igualmente, serão admitidos votos por carta, fax ou e-mail, quando recebidos até o momento da reunião. Os diretores que participarem e votarem a distância deverão ser considerados presentes à reunião, para todos os fins, servindo a assinatura do presidente e/ou secretário do conclave, na ata, como comprovação da participação e do recebimento do voto. As reuniões da diretoria serão válidas, nos termos deste Parágrafo, mesmo que todos os diretores participem e votem a distância. **Parágrafo 3º.** Nas reuniões da diretoria, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos dos membros em exercício, e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio. **Artigo 18º.** Além dos atos necessários à consecução do objeto social e ao regular funcionamento da Companhia, os diretores ficam investidos de poderes para, observadas suas respectivas competências e no âmbito de suas responsabilidades individuais, representar a Companhia ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, contrair obrigações, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis. Compete especialmente à diretoria: (i) Cumprir e fazer cumprir este estatuto social e as deliberações da assembleia geral; (ii) Apresentar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e a proposta de destinação dos lucros do exercício, observadas as disposições previstas em lei, neste estatuto social e em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia; e (iii) Representar a Companhia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, respeitadas as regras previstas no Artigo 19 deste estatuto social. **Artigo 19º.** A Companhia considerar-se-á obrigada se representada: (i) Por 2 (dois) diretores, em conjunto, para a prática de quaisquer atos; ou (ii) Por 1 (um) ou mais procuradores, de acordo com os poderes outorgados na respectiva procuração e observado o disposto no Parágrafo Único deste Artigo. **Parágrafo Único.** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) diretores em conjunto e devem especificar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excetuadas as destinadas para representação em processos administrativos ou procurações com a cláusula ad judicia, que serão outorgadas individualmente por qualquer um dos diretores e poderão ter prazo indeterminado. **Artigo 20º.** Em operações estranhas aos negócios sociais, é vedado aos diretores ou a qualquer procurador, em nome da Companhia, conceder fianças e avais, ou contrair obrigações de qualquer natureza. **Parágrafo Único:** Os atos praticados com violação deste dispositivo não serão válidos ou eficazes, nem obrigam a Companhia. **Capítulo V - Conselho Fiscal:** **Artigo 21º.** A Companhia não terá conselho fiscal permanente. **Artigo 22º.** Caso seja solicitado o funcionamento do conselho fiscal, observado o disposto em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia quanto à matéria, este será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições e nos termos previstos em lei e com mandato até a primeira assembleia geral ordinária após sua instalação. **Parágrafo Único** A remuneração dos membros do conselho fiscal será determinada pela assembleia geral que os eleger, observado o limite mínimo estabelecido no artigo 162, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo VI - Acordo de Acionistas:** **Artigo 23º.** A Companhia, os acionistas e os diretores obrigatoriamente observarão, no exercício de direitos e no cumprimento de obrigações, todas as cláusulas, disposições, termos e condições constantes de eventuais acordos de acionistas arquivados em sua sede social. **Parágrafo Único:** Os acionistas e membros da diretoria, bem como o presidente do conclave, conforme o caso, terão o direito e a legitimidade para proceder conforme o disposto no artigo 118, §§ 8º e 9º, da Lei das Sociedades por Ações. O presidente da assembleia geral não computará o voto proferido por qualquer dos acionistas que de qualquer forma seja contrário à disposição, cláusula, termo ou condição, contida em acordos de acionistas arquivados na sede social da Companhia, devendo, ainda, considerar tais votos como se proferidos em observância ao disposto no acordo de acionistas em questão. **Capítulo VII - Exercício Social e Distribuição de Resultados:** **Artigo 24º.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 25º.** O lucro líquido apurado no exercício, ajustado na forma do caput do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, inclusive no que se refere à retenção para reserva legal, será destinado sucessivamente e nesta ordem: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que esta atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social; a constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social; (ii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado será destinado à distribuição aos acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório, compensados os dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor líquido dos juros sobre o capital próprio; e (iii) O saldo do lucro líquido será destinado para a Reserva de Investimentos, que não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, com a finalidade de assegurar os recursos suficientes para reinvestimento nas operações da Companhia. Ultrapassado esse limite, ou sempre que assim deliberado, a assembleia geral poderá destinar o excedente para aumento do capital social, recompra de ações para manutenção em tesouraria ou distribuição aos acionistas da Companhia como dividendos. **Parágrafo 1º.** Salvo deliberação em contrário da assembleia geral, os dividendos serão pagos no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que forem declarados e, em qualquer caso, no mesmo exercício social em que forem declarados. **Parágrafo 2º.** O dividendo previsto neste Artigo não será obrigatório no exercício social em que a diretoria informar à assembleia geral não ser ele compatível com a situação financeira da Companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 26º.** A diretoria poderá, em qualquer periodicidade, levantar balanços intermediários e declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, observadas as restrições legais aplicáveis. **Artigo 27º.** A diretoria poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral aprovado em assembleia geral, bem como poderá determinar o pagamento de juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor líquido dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, nos termos do Artigo 25, inciso "ii", deste estatuto social. **Artigo 28º.** Prescrevem e reverterão em favor da Companhia os dividendos não reclamados em 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas. **Capítulo VIII - Liquidação da Companhia:** **Artigo 29º.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à assembleia geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deverá atuar nesse período. **Capítulo IX - Lei Aplicável e Resolução de Disputas:** **Artigo 30º.** Este estatuto social será interpretado e regido em conforme com as leis da República Federativa do Brasil. **Artigo 31º.** Todos e quaisquer conflitos, controvérsias, divergências ou litígios envolvendo os acionistas, os administradores e/ou a Companhia e/ou relacionados a interpretação ou aplicação deste estatuto social deverão ser submetidos ao Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou venha a ser. **Capítulo X - Disposições Finais:** **Artigo 32º.** Aos casos omissos neste estatuto social, aplicar-se-ão as disposições da Lei das Sociedades por Ações, ou do diploma legal que a suceder."